

O lugar da verdade na literatura*

Olímpio José Pimenta Neto**

Resumo: Trata-se de firmar, a partir de uma perspectiva tributária do pensamento de Nietzsche, a compatibilidade entre a ficção literária e a produção da verdade.

Palavra Chave: verdade – ilusão – ficção

Há alguns anos, já, meus esforços intelectuais vêm sendo guiados para a elaboração de um conjunto de problemas não muito freqüentado por acadêmicos, cuja feição mais evidente é a relação entre arte e conhecimento. É sobre um dos aspectos centrais desse universo que pretendo trabalhar aqui. Trata-se de pensar se há algum compromisso, alguma articulação – que seja simultaneamente necessária e proveitosa – entre o texto literário ou a obra de arte literária e a idéia de verdade ou a atribuição do caráter de “verdadeiro” a qualquer formação discursiva. Em resumo: o foco do interesse desta exposição é o exame das condições pelas quais se torna possível dizer que a invenção literária produz a verdade.

* Palestra proferida na I Semana de Letras do ICMG, em outubro de 1999, em Timóteo-MG

** Professor da Universidade Federal de Ouro Preto (UFPO)

O ponto parece, à primeira vista, um tanto estranho. Para encaminhar sua discussão, cumpre, antes de mais nada, estabelecer o que se pode admitir ao se dizer “isto é verdade”. O sucesso aí implicará dois resultados estrategicamente fundamentais. Primeiro, definiremos o que causa estranheza quando se considera que o verdadeiro surge como efeito ou consequência de algo artificial. Segundo: ficará bem delineado o perfil de nosso adversário, que é aquele que promove o estranhamento mencionado e cujos apelos ao bom senso ou à realidade mesma das coisas têm de ser enfrentados.

Com efeito, uma consulta ao dicionário já proporciona elementos bastante eloqüentes a esse respeito. O verbete “verdade” aponta dois campos de significação contíguos e estreitamente amarrados: por um lado, verdade é “conformidade com o real, realidade” e por outro é “a qualidade pela qual as coisas aparecem tais como são” – de novo, sua “realidade”. Fica claro – em conformidade com algumas convicções muito corriqueiras, diga-se de passagem – que o que vai consagrado pelo uso é uma noção com duas características: por uma parte, existe algo como “a realidade” que nos é dada de algum modo; por outra, a apreensão correta dessa realidade pela palavra faz com que o que se diz seja verdadeiro, seja expressão da verdade.

Uma tal concepção não é, por sua vez, distante da concepção que dominou, na história da filosofia, o desenvolvimento do tópico. Ali, tanto quanto nos lugares onde a reflexão crítica não é o principal, muito cedo se chegou a um acordo. Por esse, a verdade é correspondência adequada entre a inteligência e as coisas. Variam os acentos e as inflexões, medita-se sobre prioridade – o que vem primeiro, o pensamento ou o objeto – mas o fundo da questão ficou, por centenas de anos, intacto: a verdade é como uma imagem do mundo num espelho fiel. Se não há distorção nem embaçamento, pode-se esperar que o emparelhamento das coisas com este espelho produza uma imagem verdadeira.

Assim, por exemplo, se eu pergunto quem é o atual presidente do Brasil ou quem ganhou a final da Copa do Mundo de 1994, as respostas verdadeiras têm de ser capazes de exprimir, sem equívoco, os fatos reais que preenchem adequadamente a expectativa de correspondência já indicada. Por conseguinte, pode-se concluir que uma descrição “objetiva” ou “neutra” das coisas, tal como elas são, é a única via conveniente para conduzir o assunto que nos ocupa aqui. É a um raciocínio desse tipo que a ciência deve a maior parte do prestígio com que ela conta. Se estiverem certos os agentes de propaganda, parece haver um progresso constante no sentido de transformar os problemas mais difíceis, ligados à explicação e ao entendimento da natureza, em matéria de exame objetivo e resolução simples, tal como as perguntas feitas há pouco. Divergindo da proposta que dá título a essa apresentação, o lugar da verdade estaria primordialmente na ciência.

Essa visão sobre o assunto da verdade parece facultar, não obstante sua aparência irrepreensível, algumas dúvidas, se não suspeitas. O primeiro motivo é bastante simples: se o conhecimento da verdade é, segundo foi descrito, um negócio tão direto e sem complicação, por que é que os homens brigam tão ferozmente pela posse da verdade? Se um retrato fiel dos fatos fosse suficiente para resolver todas as diferenças quanto a estarmos próximos ou não de tal alvo, por que é que existe tanta polêmica e tantos equívocos quando um partido qualquer – político, religioso, futebolístico, municipal, culinário, tanto faz – reivindica para si a condição de porta-voz da verdade? Aqui, para ilustrar, cabe um novo exemplo: não é mais “quem venceu a partida?” que conta, mas “quem jogou melhor?” ou “quem mereceu ganhar?” é que são as perguntas que importam. A propósito delas é quase certo que vai haver controvérsia: a avaliação das respostas em termos de verdadeiro ou falso tende a variar em função de predileções, desejos, artigos de fé.

Motivações assim abrem caminho para um sem-número de indagações, que rapidamente nos afastarão da confiança e da segurança iniciais. Se nossas intenções ou se nossa “psicologia” afetam tão a fundo aquilo que tomamos como verdade, é razoável ponderar que o bom-senso não é um dado espontâneo de nossa condição, e que a realidade exterior à nossa cabeça pode muito bem sofrer interferência desta, na hora de ser apreendida. Não havendo um filtro capaz de tornar objetivas as nossas impressões, é plausível que estejamos vivendo não como receptores passivos diante do desenrolar do mundo, mas como ativos construtores de sua realidade. Já se sonhou um dia, inclusive, que a metodologia científica consistisse em tal filtro – mas isto foi vão, o sonho acabou e os guardiães da ciência como disciplina regrada pelo método quase não existem mais.

Não sendo mais possível, à luz do que foi dito, apelar para um senso de realidade que seria comum a todos e que nunca se enganaria, impõe-se, antes de avançar em direção a percursos alternativos, investigar os porquês da vigência, ao longo de tantos anos, de uma tal fantasia entre os homens. Isto é: importa entender o que foi capaz de simplificar, de maneira tão eficiente e constrangedora, as expectativas de toda a cultura, no que diz respeito à obtenção da verdade.

Nesse ponto, a companhia de Nietzsche é bem vinda, na medida em que o pensador é o responsável por uma das mais interessantes e férteis críticas aos elementos teóricos que compõem o horizonte da tradição filosófica ocidental. Neste horizonte, é central a figura da verdade certa, o que acena para uma questão, também central, que é a relativização da importância da conquista de tal verdade. Outra imagem esclarece o ponto: talvez os frutos mais preciosos da árvore da filosofia sejam os critérios para a definição da verdade – mas, se a árvore tiver uma doença incurável na raiz, pode não ser vantajoso colher sua safra. De todo modo: vale agora acompanhar as linhas gerais da análise nietzschiana do processo de formação da temática em estudo.

Seu ponto de partida é semelhante a um que foi mobilizado aqui anteriormente: cada um vê o mundo conforme suas necessidades, e aprende a lidar com o ambiente em função de sua inserção prática nele. Isto vale também para grupos, comunidades e mesmo espécies animais inteiras. A adaptação ao meio exige, além da aptidão para aproveitar as circunstâncias e moldar-se de acordo com o que existe, a chance de modificação concreta nas condições que estão aí oferecidas. O surgimento de uma linguagem verbal sofisticada entre os homens seria análogo ao surgimento de presas e garras e chifres nos indivíduos de outras espécies. O propósito, um só: duração da espécie, triunfo da espécie em um meio originalmente indiferente – ou mesmo hostil.

Ora: uma coisa é o aparecimento da linguagem, outra é a definição das regras de significação no interior dela. É aqui que emerge o ponto mais curioso de todos, segundo o filósofo. Em primeiro lugar, a linguagem é, por natureza, ilusória. Chamar isto de óculos, aquilo de mesa, e assim por diante, não passa de artifício, de convenção, de uma espécie de passe de mágica. Não há um rótulo em cada coisa identificando-a, o que torna o uso da linguagem um jogo movediço, instável. Em segundo lugar, pode ser que os objetos individuais da experiência sejam mais ou menos distintos daquilo que a experiência parece determinar. De novo: esta mesa pode ser tomada *ou* como um arranjo atômico lacunar *ou* como um troço compacto de madeira *ou* como lenha para o fogo *ou* como inúmeras caixas de palitos ainda não lapidados – e por aí vai.

Sendo, assim, como pode brotar nesse jogo a idéia de que uma designação qualquer é verdadeira, em oposição a outra designação qualquer, que se torna, portanto, falsa? Na mesma linha: que justificativa pode ser dada para provar que uma expressão do tipo “meus óculos estão no meu rosto” quer dizer, significa, uma verdade de fato? Nem as palavras – óculos, rosto – nem as coisas – óculos, rosto – guardam um grau de realidade suficientemente firme e

fixo para que reste provável a operação considerada mais cedo, que faz corresponder adequadamente palavra e coisa na produção da verdade.

Apesar dessas constatações, algo incrível segue acontecendo: nós continuamos admitindo o par verdadeiro-falso como moeda corrente, como mediador válido para nossas relações interpessoais. Onde: seu mérito deve estar em outra parte, que não sua objetividade, neutralidade, firmeza. Dito de forma diferente: queremos a verdade não pelo que ela reserva de desinteressado e puro – diz-se mesmo por aí: a pura verdade – mas, muito ao contrário, pelos interesses comunitários que ela pode vir a preservar. O mentiroso, aquele que manobra livremente com as palavras e os nomes, deve ser contido, por força do risco que sua prática implica: o risco de tornar impossível o convívio com base na responsabilidade pessoal, ou mesmo o diálogo com base em acordos lingüísticos. As perguntas “quem foi que fez isso”, “quem vai pagar por isso”, etc., seriam irrespondíveis, tanto quanto um pedido como: “passe-me o copo d’água” seria incompreensível. A esses interesses serve a verdade: guarda a legitimidade de um testemunho do tipo “foi você, que eu vi”, bem como a viabilidade do ato “toma aqui seu copo d’água”.

Recapitulando, para poder avançar. Se nem as palavras e nem as coisas são regidas por uma legislação metafísica rigorosa, que diga em absoluto o que elas são, uma dúvida pertinente passa a rondar a pretensão à verdade. Não sendo ela um dado puro da realidade, pelo qual se articulam, necessariamente, proferimentos e estados de coisas, a que se deve sua presença, tão forte, no cenário da cultura? A resposta é direta: aos usos que os homens fazem dela, às chances de atribuição de responsabilidade e de construção do diálogo que ela torna disponíveis para a vida social. Encerra-se, por força do apelo à noção de verdade, a fase histórica pré-contratual de um grupo humano. Ao entrar em circulação, a atitude dos veritativos – os cultores da verdade – barra a guerra de todos contra

todos e empresta uma âncora à convivência em sociedade. Dora-vante, empregar o lugar comum, o nome convencional para cada objeto convencional, é marca de honestidade, trazendo credibilidade para aquele que assim procede. O mentiroso, por seu turno, deve refrear sua imaginação e seus impulsos inconformistas sob pena de pagar pela transgressão, não da lógica, mas da lei comum.

A lição seguinte serve para reiterar as conclusões acerca do que foi dito até então. Contra a intenção de sustentar que a verdade é algo demonstrável pelo apelo à natureza da realidade, pode-se defender que a verdade é o resultado de uma série de ações de acomodação, levadas a efeito pela humanidade em sua trajetória constitutiva. Seu papel primordial é a regulamentação das relações em comunidade, gerada pela segurança que a adesão a seu regime enseja. Com a verdade pode-se pretender que o universo seja lugar em que se dá a permanência, condição última para a fundamentação de qualquer projeto.

Ocorre, entretanto, que nem toda a gente busca para seus projetos a chancela do fundamento. Decerto, essa é desejável ao se trabalhar com situações prosaicas – cujo exemplo acabado é a construção de uma casa sobre alicerce sólido. Independentemente de exemplos desse tipo, a associação entre a formação do discurso verdadeiro e qualquer valor definido de antemão como seu acompanhante natural deve ser examinada com atenção. Dito com todas as letras: se a verdade nasce de um consenso em torno de certas escolhas valorativamente motivadas – sendo, com isso, filha da ficção – nada obriga a tomá-la como algo leve ou pesado, fixo ou flutuante, frio ou quente. O peso, a frieza ou a fixidez da verdade são combinações tributárias de hábitos muito antigos – talvez seja oportuno reavaliá-los.

O último parágrafo trouxe à baila o pior perigo vivenciado por quem faz das questões em causa sua atmosfera. Ao desatar as ligações entre a pesquisa da verdade e o conjunto consagrado de valores que vêm escoltando-a há tanto tempo – convém lembrar seus

componentes: segurança, solidez, fixidez, frieza, peso, neutralidade, objetividade, pureza – sofre-se imediatamente de vertigem. Se a verdade perde semelhante amparo, é ela própria quem fica à deriva, correndo o risco de extraviar-se sem remissão. Ou seja: se a verdade torna-se relativa e instável, talvez seu conceito tenha sido esvaaziado de tudo o que importava. Sem referências constantes e a gravidade a qualificá-la, sua utilidade e eficiência perdem apelo. Tornada um predicado virtual de qualquer discurso – visto que não há meio indiscutível de aferir sua presença – a noção de verdade parece, afinal, imprestável.

Para fazer frente a declarações tão sérias, impõe-se um parêntese. Uma coisa que o leitor de Nietzsche aprende rápido a diagnosticar é o espírito do ressentimento. Muito simplificadamente, pode-se descrevê-lo como o expediente imaginário pelo qual alguém atribui as causas de seu fracasso não a seu desempenho deficiente, mas a uma visão deturpada daquilo que triunfou sobre ele. Ressentido é o sujeito da vitória moral, aquele que, tendo sido suplantado, é incapaz de reconhecer os pontos fortes do adversário, passando o tempo que lhe resta a depreciá-lo e a convencer-se de que seu time ou partido era melhor e foi injustiçado. O primeiro desdobramento da visão ressentida sobre algo é, pois, o advento da calúnia – recusa do mérito intrínseco à vitória do oponente e estimativa, se não profecia, de que a nova ordem será pior do que a antiga.

Pois bem: passa-se com a questão da verdade algo muito aproximado disso. A emissão de títulos muito altos a favor de uma idéia de verdade com caráter absoluto, agenciada pela ciência e pela filosofia, resultou em uma tremenda quebradeira, na esteira do colapso dos programas fundacionistas das mais variadas extrações. Confirmando algumas das intuições de Nietzsche aqui aludidas, chegou-se a mostrar, no decurso do século XX, que mesmo nos confins da lógica, há limitações incontornáveis se se quiser fornecer bases últimas para um sistema formal. Foi inevitável: a falência da

idéia de solidez aqui enraizada gerou um tremendo ressentimento contra os que já vinham dizendo que a verdade não se funda, que chega a atingir a idéia mesma de verdade. Não havendo garantia de que ela é fixa, recriminem-se os responsáveis por tal constatação e abandone-se a noção mesma de verdade. Se ela me foi infiel, pensa o fundacionista, é porque ela não vale nada.

De minha parte, entendo que essa atitude não é a mais elegante, face aos ainda evidentes atrativos de verdade. A rigor, a situação, de um ponto de vista teórico mais flexível, não mudou muito. Cumprindo ou não compromissos fundacionais, a verdade continua valendo como índice do grau de convencimento que uma conversa produz entre seus participantes. O predicado “verdadeiro” denota, como sempre, superioridade hierárquica com relação ao “falso”. Deve-se esclarecer, então, como é possível que uma variação tão radical na ordem do entendimento dessa idéia tenha tido tão pouca repercussão em sua circulação efetiva. Vale dizer: resta delinear o ainda encantador perfil de verdade.

Se alguém chega dizendo que foi seqüestrado por um disco voador, a reação de sua audiência certamente será a de pedir alguma prova. Seguimos veritativos, até aí. No entanto, para que o caso seja aceito, não exigiremos do seu contador evidências absolutas, dado nosso conhecimento de que o absoluto é inefável e inatingível, a partir de qualquer perspectiva particular. Mesmo uma foto ao lado do ET, em caso de um passeio amistoso, ou um pedaço da orelha do ET, em caso de litígio, não funcionam, para ninguém, como prova definitiva de nada. Isto por uma razão muito simples: o que torna uma alegação digna de crédito, fidedigna, verdadeira, não são apenas os indícios invocados como testemunhas para ela, mas o modo como ela é apresentada, a história ou o relato no interior do qual sua verdade ou encontra solo fértil para crescer ou vai minguando, até sumir. Uma história que encanta, embeleza e convence – mesmo sem achar fundamentos em absoluto – é forte candidata ao título

lo de verdadeira. Um engano muito comum é o que afirma “contra fatos, não há argumentos”. Não fossem os argumentos – e, acrescento os enredos – não existiriam os fatos. Simplificando: não basta ver para crer, mas importa também crer para ver.

Chegamos, enfim, ao principal resultado desta exposição. Insiste-se: é à ficção que devemos a vida da verdade, é da linhagem de ficção que veio ao mundo esta cria tardia e peculiar. Se isto estiver admitido, pode-se retomar, de agora em diante, a trilha aberta. Como sugestão, pode-se dizer que cumpre explorar as relações entre invenção literária e produção da verdade, refinando e especificando o trabalho com o tema através da consideração de alguns de seus desdobramentos possíveis. Invertendo o nome aqui adotado, diria: na literatura, o lugar da verdade.

Antes de encerrar, cabem ainda alguns ajustes, com vistas a desfazer eventuais mal-entendidos. A aliança assinalada entre verdade e ficção não tem nada a ver com um “vale tudo” em termos de múltiplas versões possíveis para os eventos do mundo. Se não dispomos de um meio para acessar a realidade cósmica transcendental, não ficamos, automaticamente, fadados à errância e ao absurdo. Se a verdade de um caso ou de uma causa deve ser construída, isto depende do talento e das capacidades criativas daquele que quer fazê-lo. O fato de a verdade vir ao mundo no bojo de uma história não nivela, por decreto, os contadores de histórias e nem faz equivaler um caso bem contado e um caso mal contado. Para ilustrar: é plausível que todos aqui já tenham sofrido por causa de ciúmes. É implausível, contudo que alguém aqui disponha de um texto sobre o ciúme que supere o *Otelo* de Shakespeare. A narração do ciúme de *Otelo* é verdadeira, pois eleva a nossa experiência dessas dores a um estado superior. Onde a maioria não consegue mais que se lamentar, um artista dá forma a um mundo inteiro. Uma grande narrativa incorpora nossa vivência ao mesmo tempo em que dá a ela sentido, tornando-nos aptos a passá-la adiante, tam-

bém a contando. Nesse sentido, não basta querer dizer a verdade: importa ser habilitado para tanto.

Por outro lado, apesar do exposto, a posição conquistada demanda ainda um enorme trabalho de qualificação. A distância entre a melhor e a pior história não deve ser preenchida por um recurso exclusivo ao gosto ou ao arbítrio do cânone. Dado que os elementos da eleição “disto como melhor que aquilo” são marcados por isto, impõe-se como tarefa prioritária oferecer critérios para a definição do contraste entre gostos divergentes. O problema, feitas as contas, é o seguinte: cabe narrar, em chave crítica, as idas e vindas que medeiam a convivência entre leitor, texto, autor e contexto, de modo a tecer uma escala ou padrão, cujo emprego faça destacar, em todas as instâncias mencionadas, o traço da qualidade. O gigantismo da empresa não deve desanimar. Aproveito para festejar as *Seis propostas para o próximo milênio*, obra em que Ítalo Calvino configura uma primeira iniciativa nesse sentido – a meu ver, com imenso êxito.

Como conclusão, vale agora mostrar o lance que deu origem à jogada aqui efetuada. Num dia de sorte, chegou-me às mãos um pequeno volume, em que estão reunidos alguns comentários de Guy de Maupassant a respeito de seu mestre, o grande Gustave Flaubert. Colegas em inúmeras jornadas, em que se debatiam literatura e tudo o mais, os dois compartilharam idéias e pretensões em torno de seu ofício comum. Ao analisar os motivos do êxito de seu confrade, Maupassant diz aquilo que serviu de inspiração para este ensaio:

Escrever a verdade consiste, pois, em dar a ilusão completa do verdadeiro, de acordo com a lógica habitual dos fatos, e não em transcrevê-los servilmente na grande desordem de sua seqüência. Concluo daí que os realistas de talento deveriam, de preferência, chamar-se ilusionistas. (Maupassant, 2).

Abstract: The article aims at avering the compatibility between literary fiction and truth production in light of a Nietzschean perspective.

Key-words: truth – illusion – fiction

referências bibliográficas

1. CALVINO, Italo. *Seis propostas para o próximo milênio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
2. MAUPASSANT, G. *Gustave Flaubert*. Campinas: Pontes, 1990.
3. NIETZSCHE, F. *Sämtliche Werke – Kritische Studienausgabe*. Berlim: W. de Gruyter/DTV, 1988.